## ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA
C.N.P.J. Nº 68.311.216/0001-01

Senhores membros do Conselho Fiscal e Assembleia geral dos Associados
Às 14h horas do dia 25 de abril de 2014, na sede social da Associação Saúde da Família, sita à Praça Mal. Cordeiro de Farias, 45/65 Higienópolis. São Paulo, SP, em segunda convocação, reuniram-se ordinariamente os membros da Diretoria, conselheiros e associados da Associação Saúde da Família. Dando início à Assembleia Geral Ordinária, Dra. Anamaria Cavalcante e Silva, Diretora-Presidente da Associação Saúde da Família, solicitou a mim, Maria Aparecida Ribeiro, para secretariar os trabalhos desta AGO. Saudando a todos os presentes a Senhora Presidente da Assembleia apresentou a pauta de assuntos a serem deliberados, de acordo com a carta de convocação; como segue: 1) Aprovação das Demonstrações Financeiras de 2013; 2) Autorização para assinatura de contrato de Gestão com o Município de Araçatuba-SP e abertura de filial naquela cidade. Informou que os demais itens seguintes da carta de convocação serão tratados em outra oportunidade, tendo em vista não estarem concluídos. Em substituição, a Sra Presidente solicita aos presentes permissão para incluir na pauta a aprovação do Relatório de Atividades da Instituição, já encaminhado a todos os membros da diretoria e conselheiros. Moção aprovada por unanimidade. A seguir a Sra. Presidente solicita ao representante da auditoria independente Ernest Young, Sr. Anderson Pascoal Constantino que proceda à apresentação dos resultados da auditoria das Demonstrações Financeiras, encaminhada anteriormente a todos, para apreciação do conselho fiscal e aprovação da Assembleia em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, (i) , combinado com os artigos 37º, alínea (a), (b) e (c). A seguir foi apresentado o resumo do Relatório Anual de 2013 da ASF, também enviado a todos antecipadamente, e restou comprovada que a entidade atingiu sua missão que tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, culturais, educacionais e literárias nas áreas de saúde, meio-ambiente, cidadania e desenvolvimento sócio-econômico de comunidades no Brasil e no exterior.

Presidente Dra. Anamaria Cavalcante e Silva

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM REAIS)

| | Nota explicativa | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 88.272.558 | 78.739.995 |
| Recursos a receber | 5 | 30.565.799 | 23.125.193 |
| Outros | | 235.828 | 73.217 |
| | | 119.074.185 | 101.938.405 |
| Não circulante | | | |
| Depósitos judiciais | 6 | 76.576.708 | 62.936.773 |
| Imobilizado | 7 | 9.445.917 | 7.301.253 |
| Intangível | | | 3.218 |
| | | 86.022.625 | 70.241.244 |
| Total do ativo | | 205.096.810 | 172.179.649 |

| Passivo e patrimônio líquido | Nota explicativa | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| Circulante | | | |
| Fornecedores | | 4.869.924 | 4.333.095 |
| Salários a pagar | | 38.892.664 | 34.770.427 |
| Encargos sociais a pagar | | 6.296.325 | 5.547.395 |
| | | 50.058.913 | 44.650.917 |
| Não circulante | | | |
| Depósito judicial | 6 | 76.576.708 | 62.936.773 |
| Provisão para contingências | 8 | 16.503.203 | 8.349.408 |
| | | 93.079.911 | 71.286 181 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Patrimônio social | 9 | 56.242.551 | 43.029.587 |
| Superávit acumulado | 9 | 5.715.435 | 13.212.964 |
| | | 61.957.986 | 56.242.551 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 205.096.810 | 172.179.649 |

### DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (EM REAIS)

| | Nota explicativa | 2013 | 2012 |
|---|---|---|---|
| Contribuições de associação e instituições | 10 | 366.204.401 | 327.895.108 |
| Receitas financeiras | | 4.465.979 | 4.155.591 |
| Outras receitas | | 9.912 | 31.777 |
| Isenção cota patronal - INSS | 11 | 74.942.604 | 64.025.063 |
| | | 445.622.896 | 396.107.539 |
| Despesas operacionais: | | | |
| Despesas com pessoal | 12 | (331.165.296) | (284.396.354) |
| Despesas gerais | | (33.709.189) | (33.941.359) |
| Despesas tributárias | | (8.596) | (448.673) |
| Despesas com depreciação e amortização | | (81.776) | (83.126) |
| Isenção cota patronal - INSS | 11 | (74.942.604) | (64.025.063) |
| | | (439.907.461) | (382.894.575) |
| Superávit do exercício | | 5.715.435 | 13.212.964 |

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM REAIS)

| | Patrimônio social | Superávit acumulado | Total |
|---|---|---|---|
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 31.698.835 | 11.330.752 | 43.029.587 |
| Transferência do superávit do exercício anterior | 11.330.752 | (11.330.752) | - |
| Superávit do exercício | - | 13.212.964 | 13.212.964 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 43.029.587 | 13.212.964 | 56.242.551 |
| Transferência do superávit do exercício anterior | 13.212.964 | (13.212.964) | - |
| Superávit do exercício | - | 5.715.435 | 5.715.435 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 56.242.551 | 5.715.435 | 61.957.986 |

### DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (EM REAIS)

| | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Superávit do exercício | 5.715.435 | 13.212.964 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Superávit do exercício | 5.715.435 | 13.212.964 |

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (EM REAIS)

| Fluxo de caixa das atividades op. | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| Superávit do exercício | 5.715.435 | 13.212.964 |
| Ajuste por: | | |
| Depreciação e amortização | 142.101 | 46.904 |
| Baixa de ativo imobilizado | - | 36.223 |
| Provisão para contingências | 8.153.795 | 4.083.868 |
| | 14.011.331 | 17.379.959 |
| (Aumento) redução em ativos operacionais: | | |
| Recursos a receber | (7.440.606) | (8.461.683) |
| Outros ativos | (162.611) | 47.673 |
| | (7.603.217) | (8.414.010) |
| Aumento em passivos operacionais: | | |
| Fornecedores | 536.829 | 2.261.419 |
| Salários e encargos sociais | 4.871.166 | 7.422.231 |
| | 5.407.995 | 9.683.650 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 11.816.109 | 18.649.599 |
| Fluxo de caixa nas atividades de Investimentos | | |
| Compra de ativos imobilizados | (2.283.546) | (3.216.382) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (2.283.548) | (3.216.382) |
| Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa | 9.532.563 | 15.433.217 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 78.739.995 | 63.306.778 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 88.272.558 | 78.739.995 |

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (EM REAIS)

**1.Contexto operacional** - A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em outubro de 1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil.Tratando-se de uma entidade sem fins lucrativos, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, nos termos do artigo 15 e parágrafos da Lei nº 9.532/97 (alterado pela Lei 9.718/98) e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei 9.790/99, a saber: • Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais. • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial. • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal. • A Associação está sujeita à incidência de 1 % do Programa de Integração Social - PIS sobre a folha de pagamento mensal e está obrigada a apurar e recolher os encargos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo Garantidor do Tempo de Serviço - FGTS sobre a folha de pagamento. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela diretoria, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 28 de março de 2014. **3. Políticas contábeis** - As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras são descritas a seguir: **a) Apuração do resultado - receitas e despesas** - As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a ITG 2002 (Entidades sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é registrada em conta específica do passivo. **b) Estimativas contábeis** - Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores determinados sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para indenizações, provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Associação revisa periodicamente as estimativas e premissas a cada ano. **c) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **3. Políticas contábeis--Continuação - d) Contribuições a receber** - As contribuições a receber referem-se aos direitos a receber da Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo e de Guarulhos, pela prestação de serviços na área da saúde. **e) Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço, quando for provável que seus benefícios econômicos futuros, serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Imobilizado** - O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Entidade, registrados pelo seu custo de aquisição ou valor original, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, e leva em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens conforme taxas anuais mencionadas na Nota 7, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. **g) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos** - A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **3. Políticas contábeis--Continuação - h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras** - A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Entidade é o Real. **i)Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** - Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto no.3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal. **j) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRPF) sobre aplicações financeiras** - Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e parágrafos 3º da Lei no. 9.532/97. **k) Programa para Integração (PIS)** - Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei no. 9.532/97. **l) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** - Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis no. 9.718/98 e 10/833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas. **3. Práticas contábeis -- Continuação - m) Provisões para demandas judiciais e administrativas** - A Entidade reconhece provisão para contingências de natureza cível, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos** - A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o) Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **p) Demonstrações dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **q) Demonstração do superávit abrangente** - As demonstrações do superávit abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **3. Práticas contábeis--Continuação - r) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013** - Novos pronunciamentos e pronunciamentos revisados em 2013. A Entidade adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados, interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. Em relação aos pronunciamentos CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, CPC 19 (R1) Negócios em Conjunto, CPC 33 (R1) Benefícios a Empregado, CPC 46 Mensuração do Valor Justo e alterações ao CPC 26 (R1) Apresentação de Demonstrações Contábeis que foram emitidos (novos pronunciamentos) e/ou revisados pelo CPC anteriormente a 2012, cujas aplicações passaram a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, os mesmos não impactaram as demonstrações financeiras da Entidade de 31 de dezembro de 2013. **4. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | 5.839.081 | 875.148 |
| Aplicações financeiras - CDB | 82.433.477 | 77.864.847 |
| | 88.272.558 | 78.739.995 |

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras, referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificados de Depósito Bancário (CDB), indexados à taxa de 98,50% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata. **5. Recursos a receber** - Recursos a receber consistem em valores a receber do governo, representados por convênios celebrados com a administração pública, no qual a Entidade executou serviços no montante de R$30.565.799 (R$23.125.193 em 2012). **6. Depósitos judiciais**

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Depósitos judiciais - INSS | 72.167.557 | 61.588.574 |
| Depósitos judiciais - PIS | 4.409.151 | 1.348.199 |
| | 76.576.708 | 62.936.773 |

Do período de maio de 2005 a outubro de 2009 a Associação procedeu ao depósito judicial relativo ao Processo nº 205.61 00009922-2 relativo ao recolhimento da Contribuição Social referente aos 20% (vinte por cento) da quota patronal (INSS), sobre a folha de salário dos funcionários e dos prestadores de serviços autônomos. e Processo nº 2007.61.00032136-5 relativo ao INSS SAT/Terceiros. A Entidade efetuou a partir de maio de 2012, depósitos judiciais relativos a PIS equivalente à 1% (um por cento) sobre a folha de salário dos funcionários relativo ao processo nº. 0007392-82.2012.4.03.6100. Este processo visa obter imunidade da Entidade em relação à exigibilidade do tributo. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis foram tomados, portanto a Entidade está no aguardo do desfecho dos processos. Adicionalmente os valores foram devidamente provisionados e apresentado no passivo.

**7. Imobilizado**

| | Imóveis | Equip. cirúrgicos | Equip. escritório | Equip. informática | Equip. telefonia | Equip. Permanente | Móveis e Utencílios | Máquinas e Equip. | Equip. Projetos | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Custo do imobilizado | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 429.568 | 66.694 | 55.654 | 101.926 | 6.560 | 100.702 | - | - | 3.669.229 | 4.430.333 |
| Adições | - | 11.161 | - | - | - | 6.852 | - | - | 3.198.370 | 3.216.383 |
| Baixas | - | - | - | - | - | (31.689) | - | - | - | (31.689) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 429.568 | 77.855 | 55.654 | 101.926 | 6.560 | 75.865 | - | - | 6.867.599 | 7.615.027 |
| Adições | - | - | - | 259.470 | - | 441.528 | 4.600 | 29.022 | 1.548.926 | 2.283.546 |
| Transferências | - | (48.616) | - | - | - | 11.161 | - | - | 37.455 | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2013** | **429.568** | **29.239** | **55.654** | **361.396** | **6.560** | **528.554** | **4.600** | **29.022** | **8.453.980** | **9.898.573** |
| Taxa de depreciação | 4% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | (a) | |
| Depreciação acumulada | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | (50.096) | (15.994) | (43.677) | (98.029) | (3.949) | (55.124) | - | - | - | (266.869) |
| Adições | (17.183) | (5.669) | (5.565) | (3.897) | (656) | (12.934) | - | - | - | (46.904) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | (67.279) | (22.663) | (49.242) | (101.926) | (4.605) | (68.058) | - | - | - | (313.773) |
| Adições | (17.183) | (2.924) | (5.565) | - | (656) | (110.723) | (178) | (1.654) | - | (138.883) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2013** | **(84.462)** | **(25.587)** | **(54.807)** | **(101.926)** | **(5.261)** | **(178.781)** | **(178)** | **(1.654)** | **-** | **(452.656)** |
| Imobilizado líquido | | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 379.472 | 50.700 | 11.977 | 3.897 | 2.611 | 45.578 | - | - | 3.669.229 | 4.163.464 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 362.289 | 55.192 | 6.412 | - | 1.955 | 7.807 | - | - | 6.867.599 | 7.301.254 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2013** | **345.106** | **3.652** | **847** | **259.470** | **1.299** | **349.773** | **4.422** | **27.368** | **8.453.980** | **9.445.917** |

(a)Equipamentos de projetos referem-se a equipamentos de terceiros (governo) no qual a Entidade transfere o imobilizado para o governo, mediante a aprovação por parte do governo.
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Associação não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais.

**8. Provisão para demandas judiciais** - A Entidade, assim como outras operando no país, está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão para fazer frente às seguintes prováveis perdas para os processos em andamento:
Composição e movimentação

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Contingências trabalhistas | 1.516.354 | 2.506.450 |
| Contingências – INSS | 14.986.849 | 5.842.958 |
| | 16.503.203 | 8.349.408 |

A seguir a movimentação da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

| | Trabalhistas | INSS (*) |
|---|---|---|
| Saldos em 31/12/2011 | 4.265.540 | - |
| Atualizações | - | 5.842.958 |
| Reversões | (1.759.090) | - |
| Saldos em 31/12/2012 | 2.506.450 | 5.842.958 |
| Atualizações | | 9.143.891 |
| Reversões | (990.096) | - |
| Saldos em 31/12/2013 | 1.516.354 | 14.986.849 |

(*) Refere-se a contribuição patronal recolhida pela Entidade no período de 2002 a 2005 que foi avaliada posteriormente pelos assessores jurídicos da Entidade como recolhimento indevido. Em 2007 a Entidade iniciou a discussão na esfera administrativa, com o objetivo de restituição do valor pago e não houve qualquer manifestação pelo órgão federal competente durante o prazo de 5 anos, portanto a Entidade iniciou a compensação dos créditos e efetuou o provisionamento do montante compensado, uma vez que ainda poderia existir questionamentos sobre a sua compensação. Este assunto esta sendo monitorado pela Entidade e os novos fatos e discussões que deverão ocorrer sobre o assunto com os respectivos órgãos competentes em 2014 irão determinar sobre o estorno da provisão. Adicionalmente o saldo referente ao mês de novembro de 2009 que não fez para de depósito judicial ou efetivo recolhimento, estava mantido em conta bancária da Entidade, e em 2013 o valor específico deste mês corrigido monetariamente foi aplicado em projetos da Entidade. **8. Provisão para demandas judiciais – continuação** - A Administração da Entidade avalia periodicamente, em conjunto com seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos e entende que os montantes provisionados a título destas provisões em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são considerados suficientes. Há ainda outras causas trabalhistas em andamento, no montante aproximado de R$1.821.884, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade. **9. Patrimônio social** - O patrimônio social está composto pelos superávits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção da Entidade. **10. Contribuições de associação e instituições** - As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas.

| Projetos | 2013 | 2012 |
|---|---|---|
| PMSP | | |
| PSF - Programa Saúde da Família | 183.933.263 | 165.348.166 |
| PAI - Projeto Acompanhante de Idosos | 15.274.124 | 12.797.472 |
| SRT - Serviço Residencial Terapêutico | 12.270.169 | 10.721.856 |
| AMA - Assistência Medica Ambulatorial | 63.737.417 | 65.978.237 |
| CAPS - Centro A. Psicossocial | 30.846.829 | 25.156.507 |
| AMA E - Assist. Medica Amb. Espec | 40.893.109 | 31.113.426 |
| APD – Acompanhante da pessoa com deficiência | 9.328.928 | - |
| | 356.283.839 | 311.115.664 |
| **Prefeitura Municial de Guarulhos** | | |
| CAPS Guarulhos | 7.553.592 | 7.401.219 |
| Outros | | |
| Outros Projetos | 2.366.970 | 9.378.225 |
| | 366.204.401 | 327.895.108 |

**11. INSS cota patronal** - Demonstramos o valor da isenção previdenciária, como se devido fosse, gozada no exercício de 2013 e 2012, conforme artigo 1º, da Lei nº 12.101/09:

| | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
|---|---|---|
| Isenção usufruída (INSS Cota Patronal) | 74.942.604 | 64.025.063 |

**12. Despesas com pessoal** - As principais despesas da Associação referem-se ao pagamento de salários e seus encargos e serviços de terceiros, relacionados aos projetos existentes. **13. Atendimentos assistenciais** - Com observância ao limite mínimo fixado pelo artigo 3º, parágrafo 4º, do Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998, e as respectivas alterações do Decreto nº 4.327, de 08 de agosto de 2002, o número total de beneficiários atendidos no exercício de 2013 foi de 7.156.826 (3.508.472 atendimentos em 2012), (informação não auditada) representando 100% de atendimento às regras da gratuidade decorrente de convênio firmado com a Secretaria Municipal de Saúde. **14. Cobertura de seguros** - A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela administração da Associação.

| Ramo | Principais coberturas | Cobertura máxima |
|---|---|---|
| Multirisco patrimonial | Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubo, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis, pagamento de aluguel, equipamentos cinematográficos, equipamentos estacionários, roubo de valores e outros. | 40.260.459 |
| Fiança | O valor do prêmio do seguro é relativo ao valor do aluguel e suas respectivas despesas tais como: IPTU, água e luz | 3.058.976 |

**15. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **Análise da sensibilidade das aplicações financeiras** - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Entidade estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Para 31 de dezembro de 2013, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média será de 10,4% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20% para as aplicações financeiras, conforme abaixo:

| Operação | Risco | Provável (I) | Cenário (II) | Cenário (III) |
|---|---|---|---|---|
| Aplicações financeiras | CDI | 10,4% | 12,48% | 8,32% |
| Posição em 31.12.2012 R$82.433.477* | | R$8.573.082 | R$10.287.698 | R$6.858.465 |

Para 31 de dezembro de 2012, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média será de 7,10% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20% para as aplicações financeiras, conforme abaixo:

| Operação | Risco | Provável (I) | Cenário (II) | Cenário (III) |
|---|---|---|---|---|
| Aplicações financeiras | CDI | 7,10% | 8,52% | 5,68% |
| Posição em 31.12.2012 R$82.433.477* | | R$5.528.405 | R$6.634.086 | R$4.422.724 |

*Saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 aplicados em CDI.

**16. Compromissos** - Aluguéis - A Entidade mantém contratos de aluguel de imóveis para a prestação dos seus serviços, perfazendo um montante mensal total de, aproximadamente, R$294.829. Os contratos têm vencimento entre 2014 e 2017 e, em sua maioria, têm índice de reajuste anual com base na variação do IGP-DI. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos:

| Ano | Valor |
|---|---|
| 2014 | 3.136.320 |
| 2015 | 1.475.545 |
| 2016 | 530.130 |
| 2017 | 183.135 |
| | 5.325.130 |

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da Associação Saúde da Família São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Saúde da Família ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social, demonstração do superávit abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde da Família em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

São Paulo, 28 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC-1SP190451/O-5

Pedro Herrera Carrenho
TC CRC 1SP 043043/O-0

14º TABELIÃO DE NOTAS - VAMPRÉ
AUTENTICAÇÃO: DIRETORIA: CARLOS EDUARDO PEREIRA
ESTA CÓPIA, EXPEDIDA PELO CARTÓRIO, CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ.
Diretor Presidente
S.Paulo 0 FEV 2020
www.varopie.com.br
RUA ANTONIO BICUDO, 64 - PINHEIROS
CEP 05418-010 - SÃO PAULO - SP - TEL: 3065-4500
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
CADA AUTENTICAÇÃO - R$ 3,70

Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo
111929
AUTENTICAÇÃO
AU1047BF0907121

14º TABELIÃO - VAMPRÉ
SIGEM FULY DA SILVA
D